

Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2020.

CÂMARA MUNICIPAL DE Protocolo Interno	FOZ DO IGUAÇU - D.A.L.
□ Proj. de Lei.□ Proj. de Lei Complementar□ Proj. de Emenda a LOM.	. · · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
DATA 06/12/25	Nº 36/2021

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 338, de 14 de dezembro de 2020, que Dispõe sobre diretrizes de arruamento para a implantação do Sistema Viário Básico, constante do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado Sustentável - PDDIS/2016-2017.

A Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, aprova:

A Lei Complementar nº 338, de 14 de dezembro de 2020, que Dispõe sobre diretrizes de arruamento para a implantação do Sistema Viário Básico, constante do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado Sustentável - PDDIS/2016-2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 8º [...]

[...]

V - para as vias locais são: 16,00m (dezesseis metros), sendo:

- a) Caixa de Via: 16,00m (dezesseis metros);
- b) Leito Carroçável: 10,00m(dez metros);
- c) Faixa de Trânsito: 2,80m (dois metros e oitenta centímetros);
- d) Área para acostamento/estacionamento: 2,20m (dois metros e vinte centímetros) para cada lado; e
- e) Passeio: 3,00m (três metros), em cada lado da via.

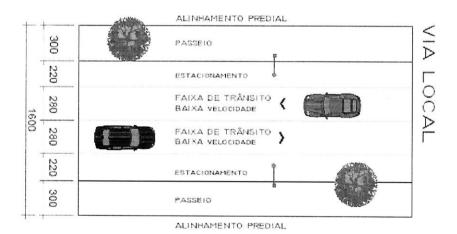


Figura 09: Dimensionamento para as Vias Locais.



Drefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

.../Projeto de Lei Complementar - fl. 02

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, em 3 de dezembro de 2021.

Francisco Lacerda Brasileiro Prefeito Municipal



Drefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

MENSAGEM Nº 090/2021

Ao Senhor
NEY PATRÍCIO DA COSTA
Presidente da Câmara Municipal
FOZ DO IGUAÇU – PR

Senhor Presidente,

Encaminhamos para apreciação dessa Casa de Leis, o Projeto de Lei Complementar que "Altera dispositivos da Lei Complementar nº 338 de 14 de dezembro de 2020, que *Dispõe sobre diretrizes de arruamento para a implantação do Sistema Viário Básico, constante do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado Sustentável – PDDIS/2016-2017*".

O presente Projeto de Lei Complementar tem por escopo promover uma única alteração pontual, visando adequação do dimensionamento das vias locais, em virtude de que a atual dimensão inserida pela Lei Complementar nº 338/2020 dificultou a compatibilização com as vias já existentes e consolidadas tanto do ponto de vista urbanístico quanto da segurança do tráfego.

Ressalta-se que a alteração proposta garante plenamente a eficiência e a segurança do tráfego dentro do Município, contribuindo com a redução de acidentes e a elevação da qualidade de vida dos munícipes.

Pelo exposto, submetemos o presente Projeto de Lei Complementar, em **caráter de urgência**, para apreciação pelos Nobres Vereadores dessa Casa de Leis.

Foz do Iguaçu, em 3 de dezembro de 2021.

Francisco Lacerda Brasileiro
Prefeito Municipal

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

Tipo: MENSAGEM

Número: 90/2021

Assunto: ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR NO 338, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2020, QUE DISPÕE SOBRE DIRETRIZES DE ARRUAMENTO PARA A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO BÁSICO, CONSTANTE DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO SUSTENTÁVEL – PDDIS/2016-2017

O documento acima foi proposto para assinatura eletrônica na plataforma **SID** de assinaturas.

Para verificar as assinaturas clique no link:

https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/rp/sidpublico/verificar?codigo=735660ca-a3d7-4333-af68-96b3ab82bb10&cpf=53736656491 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 735660ca-a3d7-4333-af68-96b3ab82bb10

Hash do Documento

CC8D512F93EC066F63ACD14272611B27C7BDB9A1274AA6EE0AEE5261FF3D89C3

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 06/12/2021 é(são) :

Francisco Lacerda Brasileiro (Signatário) - CPF: 53736656491 em 06/12/2021 8:21:06 - OK Tipo: Assinatura Digital



A ASSINATURA ELETRÔNICA DESTE DOCUMENTO ESTÁ AMPARADA PELO:

DECRETO Nº 28.900, DE 20 DE JANEIRO DE 2021.

LEI Nº 4536, DE 4 DE SETEMBRO DE 2017.

Autoriza a utilização do meio eletrônico para a gestão dos processos administrativos e de documentos de arquivo, produzidos nos termos das Leis nºs 3.971, de 17 de abril de 2012 e 4.057, de 19 de dezembro de 2012, no âmbito dos órgãos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Foz do Iguaçu.

ATA REUNIÃO CONCIDADES

1

Em atendimento a convocação, aos vinte e seis dias do mês de novembro, às treze 2 3 horas e quarenta e cinco minutos, reuniram-se na sala de reuniões da Secretaria 4 Municipal de Planejamento e Captação de Recursos, os sequintes membros: 5 Alexandro Júnior Faoro - representante do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU); Jilson José Pereira - representante do Conselho de Desenvolvimento 6 7 Econômico e Social de Foz do Iguaçu (CODEFOZ); Lucas Lied - representante da 8 Fundação Parque Tecnológico de Itaipu (FPTI) ; Rudi Eduardo Paetzold representante da Fundação Parque Tecnológico de Itaipu (FPTI) ; Victor Martinez -9 10 representante da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR); Celia da 11 Rosa - representante do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA); 12 Nilton Zambotto - representante da Secretaria Municipal da Fazenda: Eliane D. 13 Savio - representante da Secretaria Municipal de Administração ; Daniela Motta -14 representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente; Marcia L. Porto representante da Associação dos Arquitetos, Agrônomos e Engenheiros de Foz do 15 16 Iguaçu (AEFI) ; Vinicius T. Monteiro - representante do Instituto de Habitação de Foz do Iguaçu (FOZHABITA) ; Pricila Mantovani - representante do Instituto de 17 Transportes e Trânsito de Foz do Iguaçu (FOZTRANS); Henrique Gazzola -18 representante da Itaipu Binacional e Marduc Antipas - representante da Secretaria 19 Municipal de Planejamento e Captação de Recursos; para reunião deliberativa do 20 Concidades, presidida pelo Senhor Leandro Teixeira Costa. O mesmo deu inicio a 21 22 reunião, cumprimentando a todos, e em seguida indo para aprovação da ATA da 23 reunião passada (dia 18 de novembro de 2021), sendo a aprovação por unanimidade, sem ser lida, pois a mesma já havia sido enviada ao grupo para 24 apreciação dos membros. Seguindo então para a primeira pauta da reunião: 25 26 sugestão de alteração da caixa de vias locais. O presidente então explanou sobre 27 os loteamentos aprovados em fase de implantação ou de fase de conclusão e as 28 medidas das respectivas caixas de ruas. Propondo uma análise dos membros para que a caixa voltasse para 16 metros, sendo a Rua de 10,60 metros e as calçadas de 29 2,70 metros, Márcia Porto se pronunciou dizendo que ela como urbanista já havia 30 votado para que fosse de 15 metros, pois de acordo com ela as vias locais não 31

Jung.

Daniela motte

devem ser largas. Foi-se colocado a opinião contraria do GTP, sendo citados os argumentos pelo Presidente Leandro Teixeira Costa, visto que os mesmos não estavam presentes na reunião. Outra proposta foi colocada pelos membros para se voltar ao que era na LC 285 de 2018, com caixa de 16 metros, sendo 10 metros de pista e 3 metros de calçadas. A Conselheira Celia da Rosa se manifestou dizendo que há uma tendência à redução do uso de automóveis, aumentando assim o fluxo de pedestres, o que justifica os 3 metros de calçadas e conseqüentemente a redução do leito carroçável das ruas locais. As duas propostas foram colocadas em votação, a primeira proposta obteve 3 (três) votos, e a segunda 9 (nove) votos favoráveis, ficando assim aprovada a mesma versão da LC 285, caixa de 16 metros, sendo 10 metros de pista e 3 metros de calçadas. Para que conste a Conselheira Pricila chegou após a votação concluída. Foi-se então para próxima pauta: alterações de zoneamento na LC 276, propostas pela Secretaria Municipal de Planejamento e Captação de Recursos, o conselheiro Marduc Antipas explanou o assunto, passando então as alterações sugeridas e explicando com exemplos os recorrentes pedidos de alterações. Sugestões de mudanças e inclusões de textos: Art. 28 (...), inclusão de texto proposta: § 1º Considera-se lotes situados em divisas de zonas distintas, para fins de aplicação deste artigo, os lotes que: I - forem atingidos por mais de um zoneamento dentro do seu perimetro; II - possuírem arestas ou vértices do seu perímetro que coincidam, parcialmente ou totalmente, com linha de divisa de zoneamento; ou III – possuírem testada para via pública que sirva de linha de divisa de zoneamento no trecho do lote. §2º Para fins de parcelamento do solo e loteamento, deverão ser respeitados os dispostos em lei especifica sobre o assunto. §3º Não poderão utilizar parâmetros de zona limítrofe os lotes e parcelas de lote localizados fora de perímetro urbano. §4º Só poderão utilizar os parâmetros urbanísticos de zoneamento EVB - Eixo Viário de Bairro, os lotes que possuírem testada para a vía que seja classificada como Eixo Viário de Bairro, Após as devidas explicações feitas pelo conselheiro Marduc Antipas, a inclusão foi colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade. Partiu-se para o próximo ponto, ART. 27(...), inclusão proposta: IX - O terreno do Marco das Três Fronteiras, as faixas navegáveis e margens dos Rios Paraná e Iguaçu e os terrenos localizados

32

33

34

35 36

37

38

39 40

41 42

43

44

45

46 47

48

49

50

51 52

53

54

55

56 57

58

59

60

61

62

Jan Jan

y A

dentro do Parque Nacional do Iguaçu, ficam com a possibilidade de liberação de quaisquer atividades, independente do zoneamento, desde que haja anuência prévia do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), nos dois primeiros casos, ou do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), respectivamente, e possua parecer ambiental favorável e anuência da CTU; explicada a necessidade da inclusão pelo conselheiro Marduc, e discutido entre os membros; após sugestões das conselheiras Eliane D. Savio e Pricila Mantovani, foi aprovado por unanimidade, e o texto ficou com a seguinte redação: XI – O terreno do Marco das Três Fronteiras, as faixas navegáveis e margens dos Rios Paraná e Iguaçu e os terrenos localizados dentro do Parque Nacional do Iguacu e da Itaipu Binacional, ficam com a possibilidade de liberação de quaisquer atividades, independente do zoneamento, desde que haja anuência prévia dos órgãos ambientais, quando aplicáveis, e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), quando se tratar do Parque Nacional do Iguacu, e anuência da CTU no caso das atividades permissíveis. Seguiu-se então para alteração do ART.76, texto atual: Art.76 - Após a publicação desta Lei Complementar, os usos das edificações que contrariam as disposições ora vigentes, só poderão ser ampliados e reformados se a sua localização estiver adequada ao novo zoneamento. O texto proposto foi o seguinte: Art.76 - Após a publicação desta Lei Complementar, os usos das edificações que contrariam as disposições ora vigentes, só poderão ser ampliados e reformados desde que respeitem os demais parâmetros urbanísticos vigentes e tenham permanência comprovadamente assegurada; após explicações sobre a mudança, foi-se para votação sendo aprovada por unanimidade. Seguiu-se para próxima alteração: ZONA DE INTERESSE SOCIAL 1(ZEIS 1) para ZONA RESIDENCIAL DE MÉDIA DENSIDADE (ZR3), no loteamento Parque Residencial Ecoville. Após discutir-se a presente proposta, foi colocada em votação, para que fique registrado. Dr. Vinicius se absteve, pois a mesma vai ser discutida na Instituição a qual ele representa, sendo assim aprovado pelo restante dos membros. Seguiu-se então para o próximo item: Alteração da Zona Residenciál Exclusiva (ZR1) para Zona

Mista 5 (ZM5), na Avenida Araucária da Vila A. Agós discussão entre os membros, s

63

64

65

66

67

68 69

70

71

72

73

74 75

76

77

78 79

80

81 82

83

84

85

86

87 83

89

90 91

92

93

J.m.

foi colocado em votação, sendo aprovado por ampla maioria. O Presidente Leandro 94 Teixeira Costa encerrou a reunião às quinze horas e vinte minutos, agradecendo a 95 todos pela presença, e comunicando aos presentes que a próxima reunião será no 96 dia 03 de dezembro de 2021, para a discussão do restante dos itens. E para constar 97 eu, Eliane Mendes, redigi a presente ATA, que será enviada para aprovação dos 98 membros presentes, e posteriormente assinada. 99

Foz do Iguaçu, 26 de novembro de 2021. 100